

■ **Economia**

Informalidade do mercado

O artigo “A informalidade no mercado de trabalho e o impacto das instituições: uma análise sob a ótica da teoria dos jogos”, de Fernando B. Meneguín, consultor legislativo do Senado Federal, e Maurício S. Bugarin, do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC de São Paulo), analisa o tema como um jogo dinâmico infinito entre empregador e empregados. Nele, a Justiça Trabalhista é representada por parâmetros. Duas classes de equilíbrios perfeitos em subjogos – criadas pelo matemático John Nash (*foto*), ganhador do Prêmio Nobel de Economia – são encontradas. Na primeira classe, a relação informal prevalece durante um determinado tempo, com posterior formalização do trabalhador, sendo que, quanto mais efetiva for a Justiça, mais rapidamente serão registrados os empregados. Na segunda classe, a informalidade se torna perene, associada a uma alta rotatividade no mercado de trabalho. Novamente, quanto mais efetivo o Judiciário, menor a probabilidade de esse último equilíbrio existir.



THE DAILY PRINCETONIAN

ECONOMIA APLICADA – v. 12 – nº 3 – RIBEIRÃO PRETO – JUL./SET. 2008

■ **Coloproctologia**

Revolução silenciosa

Embora os estudos sobre biologia molecular permaneçam como a principal expectativa para o surgimento de novos conceitos e recursos para o tratamento do câncer colorretal, a ausência de resultados de real impacto do ponto de vista clínico nos últimos anos pode ser frustrante, especialmente para quem não esteja acompanhando de perto a evolução das pesquisas nesta área. Assim sendo, o texto “Biologia molecular do câncer colorretal: uma revolução silenciosa em andamento”, de Mauro de Souza Leite Pinho, da Universidade da Região de Joinville (Univille), Santa Catarina, apresenta uma breve revisão do caminho percorrido até o momento desde os trabalhos pioneiros

sobre a carcinogênese colorretal até as pesquisas mais recentes sobre proteômica. O trabalho demonstra o constante fluxo de grandes avanços que possibilitam uma previsão realista a curto ou médio prazo da disponibilização de recursos de amplo impacto, com potencial para alterar de forma relevante os resultados do tratamento dessa importante doença.

REVISTA BRASILEIRA DE COLOPROCTOLOGIA – v. 28 – nº 3 – RIO DE JANEIRO – JUL./SET. 2008

■ **Neuropsiquiatria**

Diagnóstico para dom Pedro II

Evidenciar a síndrome de apneia do sono tipo obstrutivo (Saso) como provável causa da sonolência diurna excessiva de dom Pedro II foi o objetivo do estudo “Sonolência diurna excessiva de dom Pedro II do Brasil devida provavelmente à síndrome de apneia do sono”, de Rubens Reimão, da Universidade de São Paulo, e Marleide da Mota Gomes e Péricles Maranhão-Filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O trabalho foi realizado com documentos históricos e bibliografia. A sonolência diurna excessiva de dom Pedro II (1825-1891) era bem conhecida e criticada enfaticamente pela imprensa oposicionista e reconhecida também pelos seus pares. Era comum o imperador adormecer em lugares públicos, como no teatro e ao assistir aulas. Quando jovem, ele tinha compleição normal, mas ganhou peso na meia-idade. A possibilidade do diagnóstico dos autores é particularmente relevante nesse caso porque aponta para uma razão orgânica para a sonolência excessiva. Seus cochilos podem se dever à Saso e não a um simples “desinteresse”, como se pensava e comentava na época.

ARQUIVOS DE NEURO-PSIQUIATRIA – v. 66 – nº 3B – SÃO PAULO – 2008

■ **Relações internacionais**

Desarmamento nuclear

O artigo “Treze passos para o juízo final: a nova era do desarmamento nuclear dos Estados Unidos e da Rússia”, de Diego Santos Vieira de Jesus, do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, procura explicar por que os líderes dos Estados

Unidos e da Rússia não implementaram efetivamente o plano de ação de 13 pontos práticos para o desarmamento nuclear, estabelecido na Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação Nuclear em 2000. As decisões relacionadas aos 13 pontos, tomadas pelos membros dos Executivos das duas maiores potências nucleares, são vistas como resultado da conciliação de imperativos internos e externos por aqueles indivíduos, que enfrentam dilemas estratégicos nos âmbitos doméstico e internacional. Foram consideradas as escolhas políticas de membros do Executivo, Legislativo e principais grupos de interesse dos dois países, bem como a distribuição de poder sobre a formulação da decisão nacional, estabelecida pelas instituições políticas domésticas. As hipóteses indicam que os integrantes dos Executivos desses países – apoiados por grande parte pelos membros dos Legislativos e dos principais grupos de interesse envolvidos, como as Forças Armadas – procuraram garantir autonomia para definir a estrutura e a composição de forças estratégicas e táticas, modernizar arsenais atômicos e operar uma força capaz de lidar com contingências que envolvam não apenas potências nucleares tradicionais, mas principalmente novos estados detentores de armas de destruição em massa e organizações terroristas.

CONTEXTO INTERNACIONAL – V. 30 – Nº 2 – RIO DE JANEIRO – MAIO/AGO. 2008

■ Saúde pública

Imperialismo moral

Imperialismo moral é a intenção de impor padrões morais de determinadas culturas, regiões geopolíticas e países a outras culturas, regiões ou países. O imperialismo moral direto pode ser exemplificado com diversos episódios recorrentes de ensaios clínicos multicêntricos promovidos por países desenvolvidos (centrais) em países pobres e em desenvolvimento (periféricos), especialmente projetos relacionados com a teoria do *double standard* de pesquisas. Com a recusa da Assembleia Geral da Associação Médica Mundial em alterar a Declaração de Helsinque, que significaria o reconhecimento moral da referida teoria, os Estados Unidos abandonaram a declaração, passando a promover seminários regionais em países periféricos com objetivo de “treinar” investigadores nas visões éticas dos interesses norte-americanos. Estes passam a ser duplicadores das ideias centrais, em diferentes instâncias das nações periféricas, caracterizando uma forma de imperialismo moral indireto. O estudo “Imperialismo moral e ensaios clínicos multicêntricos em países periféricos”, de Volnei Garrafa, da Universidade de Brasília, e Claudio Lorenzo, da Universidade Federal da Bahia, propõe a construção de sistemas de regulação e de controle social para os ensaios clínicos a serem implementados nos países periféricos, por meio da formulação de normas éticas adequadas às características contextuais destes países, conjuntamente com a criação e validação de documentos normativos nacionais próprios.

CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA – V. 24 – Nº 10 – RIO DE JANEIRO – OUT. 2008

■ Geopolítica

América Latina

O artigo “A América Latina nos modelos geopolíticos modernos: da marginalização à preocupação com sua autonomia”, de Heriberto Cairo, da Universidad Complutense de Madrid, *campus* de Somosaguas, procura entender as transformações nas formas de inserção da América Latina no contexto de eras geopolíticas. A ideia é explicar suas causas e, sobretudo, suas consequências no contexto da nova geopolítica contemporânea, em que a região se desloca de uma posição marginal ou passiva para assumir contornos próprios de autonomia, às vezes marcados como zonas de perigo. A análise ultrapassa a simples posição da região na geopolítica ocidental e baseia-se num exercício de uma geopolítica do conhecimento. Para tanto, o autor resgata as principais contribuições da literatura sobre processos de continuidade de ordens geopolíticos permeadas de mutações, identificando as sucessivas eras geopolíticas de John Agnew que se correlacionam com as ordens geopolíticas existentes: a geopolítica naturalizadora, do início do século XX; a era pós-Segunda Guerra Mundial, da geopolítica ideológica; e a formação de uma nova era geopolítica com o fim da Guerra Fria.

CADERNO CRH – V. 21 – Nº 53 – SALVADOR – MAIO/AGO. 2008

■ História

Telégrafos do Brasil



REPRODUÇÃO

As atividades de construção de infraestrutura de comunicações realizadas pela Comissão Rondon (1900-1930) notabilizaram-se por seus contatos com sociedades indígenas. Pouco conhecidas são as pesquisas científicas feitas por seus membros indissociáveis dos objetivos de modernização, ocupação e integração do interior do país por

parte do então recém-instaurado regime republicano. O artigo “Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915)”, de Dominichi Miranda de Sá, Magali Romero Sá e Nísia Trindade Lima, da Fundação Oswaldo Cruz, analisa o impacto das atividades científicas da comissão liderada por Cândido Rondon (*foto*) em áreas como botânica, geologia e zoologia, assim como o inédito campo de trabalho que elas ofereceram para pesquisadores e naturalistas brasileiros crescentemente incorporados às suas diferentes viagens de exploração.

HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE-MANGUINHOS – V. 15 – Nº 3 – RIO DE JANEIRO JUL./SET. 2008

> O link para a íntegra dos artigos citados nestas páginas estão disponíveis no site de Pesquisa FAPESP, www.revistapesquisa.fapesp.br